

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023

TIPO: MENOR PREÇO / GLOBAL.

Abertura da sessão: Dia 03/07/2023 às 09:00

Local: Sala de Reuniões da Secretaria de Suprimentos - Rua Maria das Dores Delfim, nº. 148 – Centro – Embu Guaçu – SP.

PREÂMBULO

A COMISSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO COM O APOIO TÉCNICO DA COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que se acha aberta na Sala de Reuniões da Secretaria de Suprimentos, situado na Rua Maria das Dores Delfim, nº. 148, Centro, Município de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, licitação na modalidade Concorrência para o objeto e nas condições a seguir descritas, a qual será regida pela Lei Federal n.º 8.666/93, e suas atualizações posteriores e Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações posteriores, e demais normas complementares aplicáveis à espécie.

A documentação para a licitação e a proposta devida obedecer às especificações e condições deste Edital, o Termo de Referência e a Minuta da Ata de Registro de Preços que ficam fazendo parte integrante, e serão recebidos Pela Comissão de Licitações, na Sala de Reuniões da Secretaria de Suprimentos do Município de Embu-Guaçu, no endereço indicado acima, até as **09h00min**, do dia **03 de julho de 2023**.

1. OBJETO: A presente licitação visa o “Registro de preços” para eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

1.1. DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:

Anexo I – Memorial descritivo - Especificações Técnicas do Objeto;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Modelo de declaração;

Anexo IV – Modelo de declaração de conhecimento e atendimento às condições do edital;

Anexo V - Modelo de declaração de responsabilidade;

Anexo VI - Modelo de declaração de inexistência de vínculo familiar;

Anexo VII – Modelo de Declaração de enquadramento na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Inexistência de Débito em Relação à PMEG;

Anexo IX – Minuta de Ata de Registro de Preços;

2. DOS PARTICIPANTES.

2.1. Poderão participar desta licitação:

2.1.1. Os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cadastrados no órgão licitante, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

Art. 22. São modalidades de licitação:

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

2.1.3. É permitida a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, desde que a mesma apresente na Fase de Habilitação o Plano de Recuperação devidamente homologado pelo juízo e em pleno vigor, bem como, deverá apresentar todos os demais documentos e requisitos previstos na Fase de Habilitação, nos termos da SÚMULA Nº 50 do TCE/SP:

SÚMULA Nº 50 do TCE/SP - “Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.”

2.2. Não poderão participar desta licitação:

2.2.1. interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2. entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

2.2.4. entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.2.5. servidor ou dirigente deste Município ou responsável pela licitação;

2.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.2.7. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.8. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (Art. 87, IV da Lei 8.666/1993);

SÚMULA Nº 51 do TCE/SP que dispõe: “A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/1993) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (Art. 87, III da Lei Federal nº 8.666/1993 e Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.”

3. DAS INFORMAÇÕES

3.1. Cópia completa do presente Edital poderá ser adquirido no endereço constante no preâmbulo do edital no horário das 09h00min às 15h00min, nos dias úteis, mediante apresentação de mídia digital ou, bem como, poderá ser feito download, gratuitamente, no site www.embuguacu.sp.gov.br; Serviços; Licitações, Concorrência.

4. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.

4.1. Eventuais requerimentos de impugnação e pedidos de esclarecimentos ao edital deverão ser dirigidos ao Presidente, por meio de petição fundamentada e protocolados nos até 02 (dois) dias antecedente a realização da sessão, no horário das 09h00 às 17h00, na Secretaria de Suprimentos - Rua Maria das Dores Delfim, nº. 148 – Centro – Embu Guaçu – SP, ou por meio eletrônico licitacao@eg.sp.gov.br nas mesmas condições de prazos fixados.

4.2. No momento da apresentação da impugnação ou esclarecimento, é obrigatório a apresentação de CPF ou RG em se tratando de pessoa física, e, em se tratando de pessoa jurídica a apresentação do CNPJ, do Contrato Social ou Estatuto Social e a procuração, assinada pelo representante legal da empresa (por documento original ou cópia autenticada).

4.3. Quando o acolhimento da impugnação ou esclarecimento, implicar em alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização da sessão pública.

4.4. O prazo para resposta aos esclarecimentos é de 24 (vinte e quatro) horas.

4.5. Caberá a autoridade competente decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame, após manifestação do Presidente.

4.6. Quando a acolhimento da impugnação, implicar em alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para realização da sessão pública.

4.7. Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência.

5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES.

5.1. Os envelopes deverão ser entregues a Comissão de Licitações até o horário de abertura da sessão, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

**ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE E RESPECTIVO CNPJ**

**ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE E RESPECTIVO CNPJ**

a) Qualquer engano na indicação da face externa dos envelopes será aceitável, a critério do Presidente e a equipe de apoio, desde que não acarrete o comprometimento no prosseguimento da sessão.

b) As licitantes que não tiverem representantes legais em sessão, não serão impedidas de participar, podendo encaminhar os documentos através dos correios, ou protocolar os envelopes na Praça de Atendimento até o horário de abertura da sessão.

c) As empresas que não tiverem representantes legais presentes com procuração vigente para representação, não poderão sanar eventuais falhas, nas documentações e propostas

apresentadas.

5.2. ENVELOPE Nº. 01 – HABILITAÇÃO.

Dentro do envelope nº. 01 – Documentos de Habilitação deverá conter os documentos abaixo relacionados:

- 5.2.1. Habilitação Jurídica;
- 5.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- 5.2.3. Qualificação Econômico-Financeira;
- 5.2.4. Qualificação Técnica;
- 5.2.5. Declarações e outras comprovações.

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Prova de constituição social, que consiste em um dos seguintes documentos:

a.1) Cédula de identidade do sócio administrador;

a.2) no caso de em presa individual, o respectivo registro comercial;

a.3) no caso de sociedade comercial, o respectivo contrato social ou documento equivalente registrado pela Junta Comercial com suas alterações (ou última alteração consolidada);

a.4) no caso de sociedade por ações, o documento referido em “a.3” acompanhado de documento de eleição dos administradores da empresa;

a.5) no caso de sociedade civil, o respectivo ato constitutivo, registrado junto ao cartório competente, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

a.6) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Os documentos de habilitação jurídica referidos nesse subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, a sede da licitante e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar os documentos pela licitante.

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade para as Fazendas:

c.1) Federal (Certidão de Tributos Federais e Certidão Negativa da Dívida da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais);

c.2) Estadual (Certidão de regularidade de débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa);

c.3) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante, relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada bem como Certidão Negativa de Dívida Ativa Municipal expedida pela Procuradoria Geral do Município, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, conforme estabelecido na Lei Federal nº. 12.440/11; mediante apresentação de CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis Trabalho, aprovada pelo Decreto Federal Lei nº. 5.452/43.

f) Caso a proponente não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Embu-Guaçu, relativamente aos tributos relacionados à aquisição licitada, nos termos do Modelo Constante no Anexo - X deste Edital.

g) Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas, com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

5.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Prova de Capital Social igual ou superior a 10% (um) por cento do valor orçado pela Prefeitura Municipal de Embu Guaçu.

OBS: Justifica-se este pedido de Prova de Capital Social ao abrigo do art. 31.º, §2.º e §3.º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e mais, trata-se também de uma forma de segurança no sentido de a Administração saber sobre a “saúde financeira” da empresa concorrente.

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 60 (sessenta) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes.

b) Prova de Capital Social igual ou superior a aproximadamente 10,00% (dez por cento) do valor dos serviços.

b.1) Balanço e demonstrações devem conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

c) Nos casos de necessidades regidos pela Lei Federal nº. 6404/76 (sociedade anônima), deverá ser apresentado através de publicação do Diário Oficial.

5.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em 50% (cinquenta por cento), a quantidade do objeto ora licitado, conforme Termo de Referência, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços/produtos realizados/entregues.

a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado (s) em papel timbrado, conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário, e deverá (ão) estar(em) devidamente assinado(s) por autoridade ou representante que o emitiu, em original ou em cópia autenticada. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestados(s).

b) Apresentar termo de responsabilidade garantindo a entrega do serviço que cotou no prazo e condições estabelecidas neste edital, firmada pelo seu representante legal conforme Anexo IV.

5.2.5. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002; que não está impedida de contratar com a Administração Pública; que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público; que não incorre nas demais condições impeditivas da lei 8.666/93, e que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação. Conforme modelo constante no ANEXO III.

b) Na hipótese de ME ou EPP, declaração de enquadramento na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do ANEXO VII, deste edital;

c) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do licitante, que não possui débitos junto a Prefeitura municipal de Embu Guaçu (PMEG), conforme modelo constante do ANEXO VIII, deste edital;

d) Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração, atestando que não possui não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, conforme modelo constante do ANEXO VI.

e) O Presidente (a) realizará consultas para atestar, por meio do cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar o poder público, em atendimento ao disposto na portaria CGU nº 516 de 15/03/2010. e;

f) Realizará consulta no cadastro nacional de condenações civis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo conselho nacional de justiça. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).

g) Cópia simples do Certificado de Registro Cadastral – CRC, devidamente assinado pelos responsáveis pela emissão do mesmo.

6. ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Dentro do envelope nº. 02 – Proposta de Preços, a proposta deverá:

a) Ser apresentada em 01 (uma) única via, conforme modelo constante do Anexo - II, impressa, com timbre da licitante, perfeitamente legível, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal;

b) Indicar nome ou razão social da licitante, inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver, bem como o nome, nº. de CPF e/ou RG e cargo de seu representante legal;

c) Indicar prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

d) Ofertar preço unitário e total, ambos expressos em reais, em algarismo, com duas casas decimais, e por extenso para o fornecimento do objeto desta licitação.

e) Para efeito de julgamento, havendo divergência entre o valor expresso em algarismo e por extenso prevalecerá o valor por extenso, bem como, se a divergência ocorrer entre o valor unitário e total, prevalecerá o unitário.

f) Conter declaração, sob as penas da lei, de que tem condições de atender os serviços estabelecidos no prazo assinalado, de que o(s) preço(s) cotado(s) inclui(em) todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação, de que os e cotados atendem integralmente às especificações descritas no Anexo - I deste edital, bem como seu compromisso de prestar os serviços que lhe for(em) adjudicado(s).

g) Indicar oferta, firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição, que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

h) Não serão aceitos pleitos de acréscimos no preço ofertado, a qualquer título.

i) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços.

j) O preço por item da proposta e neles incluídos todas e quaisquer despesas referentes às obrigações sociais, indenizações possíveis decorrentes dos serviços e obras, tributos, seguros e transportes escritos em números e por extenso, sem divergências.

l) Não serão admitidos, na proposta, descontos sobre preços ofertados nem variações condicionais destes em relação a outras propostas.

6.1.3. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que não atenderem as exigências essenciais deste edital e de seus anexos;
- b) Que se apresentarem omissas, com irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e ainda as que apresentarem rasuras ou emendas;
- c) Consideram-se exigências essenciais aquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

7. DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

7.1. A abertura do envelope nº. 01 – Documentos, dar-se-á no dia 03 (três) de julho de 2023 às 09:00 horas, na seção de Licitações e Contratos no endereço indicado no preâmbulo do Edital, e será procedida pela Comissão de Abertura e Julgamento e Comissão Técnica de Obras e Serviços de Engenharia.

7.2. Não serão aceitos protocolos de espécie alguma, bem como, não serão atendidos pedidos de juntadas posteriores de papeis não colocados dentro dos respectivos envelopes.

7.3. A falta de atendimento às exigências contidas no item 5 e 6 deste edital, implicará na inabilitação dos participantes das etapas subsequentes.

7.4. A abertura do envelope “Proposta”, para os concorrentes habilitados dar-se-á segundo as hipóteses abaixo:

- a) havendo desistência expressa por todos os licitantes no mesmo dia e hora em que forem abertos os envelopes nº. 01 – Documentos ou logo depois de recebidos os termos de desistência;
- b) desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa por todos os licitantes, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.5. Após a fase da habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

8 – DO JULGAMENTO:

8.1. O julgamento será efetuado pela Comissão designada para tal fim, em conformidade com a legislação em vigor, sendo o seu resultado publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

8.2. A proposta vencedora será a que apresentar o menor preço por lote para o objeto da presente licitação, desde que atendidas todas as especificações contidas no memorial descritivo, planilha e projeto.

8.3. Ocorrendo empate proceder-se-á de acordo com o Parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Federal nº8.666/93, e suas alterações posteriores, persistindo o empate decidir-se-á por sorteio, que será realizado em sessão pública a ser designada pela Comissão.

8.4. Somente participarão do julgamento das propostas comerciais os proponentes habilitados e cujas propostas sejam compatíveis com os índices de aceitabilidade definidos.

8.5. Os preços ofertados deverão ser compatíveis com os aspectos técnicos que envolvam sua elaboração.

8.6. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte nos seguintes termos:

8.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada; conforme (§1º do art. 44 da LC 123/06)

8.6.2. A microempresa e empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderão apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.6.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa e empresa de pequeno porte cuja proposta for melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Presidente da Comissão de Licitações sob pena de preclusão, apresentar a proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor com o objeto licitado;

8.6.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º Art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06 será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.6.5. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

8.6.6. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

8.6.7. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, que não se enquadrem nas hipóteses previstas na Lei nº. 123/06 proceder-se-á a um sorteio para efeito de classificação para cujo ato serão convocados os proponentes interessados;

8.6.8. Não ocorrendo à contratação da microempresa e empresa de pequeno porte retornar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos deste instrumento editalício, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte;

8.6.9. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no artigo 45, caput da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.7. O disposto neste item e seguintes, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte;

8.8. Havendo quaisquer dúvidas que recaiam sobre a condição de microempresa e empresa de pequeno porte a Comissão Permanente de Licitações, a seu exclusivo critério, poderá solicitar documentos complementares que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa e empresa de pequeno porte.

8.9. Serão desclassificadas as propostas que não estejam de forma clara, explícita e inconfundível, em perfeita concordância com os itens do Edital e/ou que nos termos do inciso X, do artigo 40, combinado com o parágrafo 3º, do artigo 44, e inciso II do artigo 48, da Lei Federal nº. 8.666/93:

8.9.1. Se revelarem excessivas ou manifestadamente inexequíveis;

8.9.2. Apresentarem preços globais irrisórios ou de valor zero;

8.9.3. Apresentarem propostas incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado;

8.10. A Comissão de Licitações poderá solicitar às licitantes em até 48 (quarenta e oito) horas, a apresentação da composição dos custos dos preços de serviços e/ou materiais e equipamentos, e a curva ABC de insumos, bem como demais esclarecimentos que julgar necessários, para melhor análise das propostas e salvaguarda dos interesses da Administração.

8.11. Nessa oportunidade os licitantes deverão demonstrar a exequibilidade dos preços, através das respectivas composições e justificativas técnicas, que comprovem que os preços dos insumos, salários e encargos sociais adotados são coerentes com os do mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto licitado;

8.12. Poderão ser solicitados os preços unitários dos insumos, cotados separadamente os itens materiais, mão de obra e equipamentos;

8.13. A composição dos preços deverá ser elaborada separadamente, para cada tipo de serviço, em papel timbrado da licitante;

8.14. A Comissão de Licitações, após o julgamento das propostas, comunicará aos proponentes por meio da Imprensa Oficial do Estado quando então correrá o termo inicial para recurso.

8.15. Decorrido o prazo recursal, na forma da Lei, a comissão de Licitações remeterá o processo para homologação do objeto da licitação, cabendo o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, a adjudicação do objeto, ao proponente vencedor.

8.16. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste subitem.

8.17. Se for constatada a inveracidade de qualquer declaração apresentada pelo proponente ou seus fornecedores, de modo a induzir em erro a Comissão de Licitações, ou com a finalidade de retardar e/ou obstruir o procedimento licitatório, tipificando em tese, a conduta criminal capitulada no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu, desde logo extrairá cópias e remeterá ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para as providências estabelecidas nos artigos 101 e seguintes, do mesmo diploma legal, e declarará a idoneidade do proponente, observado os requisitos formais para tanto.

8.18. Para aferição da inexequibilidade das propostas, será observado o critério constante do artigo 48 e seus parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

9. DOS RECURSOS:

9.1 Somente serão admitidos os recursos previstos no capítulo V do artigo 109 da legislação vigente, desde que apresentados nos prazos estabelecidos.

9.2. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão de Abertura e Julgamento de Propostas e protocolados na Praça de Atendimento desta Prefeitura Municipal, no endereço indicado no preâmbulo, das 09:00 às 16:30 horas.

10. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATO:

10.1. Homologado e adjudicado o objeto da presente Concorrência, o vencedor será convocado por escrito para que, dentro do prazo de 5 (cinco) dias corridos da data da homologação, assinar o termo de contrato.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

10.3. Decorrido o prazo de convocação, se o vencedor não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, a Prefeitura do Município de Embu-Guaçu convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º classificado inclusive quanto aos preços.

10.4. No ato da assinatura do contrato, o vencedor deverá apresentar cópia, das convenções ou dissídios coletivos e declaração da Junta Comercial do abjeto de maior faturamento.

11. DA GARANTIA:

11.1. No ato da assinatura do contrato o adjudicatário deverá apresentar caução de 1% (um por cento) do valor do contrato como garantia, podendo ser apresentado em qualquer uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12. DA LIBERAÇÃO DOS PAGAMENTOS:

12.1. Para efetivação do pagamento a contratada deverá anexar à Fatura e/ou Nota Fiscal os seguintes documentos:

a) Folha de Pagamento específica, com todos os empregados que serão colocados à disposição da Prefeitura, devendo conter as seguintes informações:

- Nome do segurado, bem como seu número de registro ou inscrição;
- Cargo, função ou serviço prestado;
- Parcelas integrantes da remuneração;
- Parcelas não integrantes da remuneração;
- Descontos legais.

b) Cópia autenticada da Guia de Recolhimento da Previdência Social – GRPS quitada e específica para o serviço realizado, contendo os recolhimentos previdenciários relativos às remunerações dos segurados, incluídas em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados, devendo constar as seguintes informações:

- Numero de segurados colocados à disposição da Prefeitura;
- Salário de contribuição dos segurados empregados, segundo a folha de pagamento específica;
- CNPJ e nome do órgão público;
- Número, data e valor da respectiva nota fiscal ou fatura.

12.2. O não atendimento ao item acima ensejara a Prefeitura à aplicação do artigo 31 da Lei Federal nº. 8.212/91 e suas alterações.

12.3. Para a liberação do pagamento, deverá ser anexado à fatura e/ou nota fiscal ainda, cópia do comprovante de registros de horas efetivamente trabalhadas, recibos de pagamento dos salários, férias e demais direitos trabalhistas, guias de recolhimentos do INSS, FGTS, ISS, entrega do vale-transporte, etc, para todos os funcionários (que deverão ser relacionados em uma planilha) da contratada, colocados para execução do objeto contratado.

12.4. Para cumprimento da exigência estabelecida no item 12.4, deverá ser observado a categoria profissional diferenciada (aquelas que não são tuteladas pela convenção geral da categoria) e observar também, os pisos salariais das categorias envolvidas na contratação, bem como a remuneração média praticada pelo mercado.

12.4.1. A empresa contratada deverá cumprir este item mediante apresentação de uma declaração de seu representante legal contendo todas as informações necessárias.

12.4.2 Especificar a função, jornada, EPI (equipamentos de proteção individual, ex.: luva, óculos, etc.) e/ou EPC (equipamento de proteção coletivo, ex.: cone de sinalização, grade de fechamento, etc.), e ainda quando for o caso, anexar cópia do comprovante de entrega dos mesmos.

12.6. Em caso de devolução da fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação à ADMINISTRAÇÃO.

13. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

13.1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis e definitivamente no prazo de até 60 (sessenta) dias após a verificação dos serviços e estando os mesmos de acordo com o estabelecido no contrato.

14. DAS PENALIDADES

14.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitando-o às seguintes penalidades:

14.1.1. Pela demora injustificada da assinatura do contrato, após o prazo final de sua convocação, multa de 0,4 por cento por dia de atraso incidente sobre o valor do contrato, até o limite de 05 (dias) corridos.

14.1.2. Após o prazo do item anterior, pela não assinatura do termo ficará caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

14.2. Pela inexecução parcial do contrato será aplicada multa nas seguintes hipóteses e percentuais:

14.2.1. Por deixar de realizar a coleta injustificadamente: 0,4% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade não retirada fora do prazo, até o limite de 05 (cinco) dias corridos.

14.2.2. Após o prazo do item anterior será considerada inexecução total do ajuste e aplicar-se-á multa de 20% (vinte e por cento) sobre o valor do contrato.

14.3. Pelo descumprimento das demais obrigações contratuais relacionadas no Anexo I – do Edital multa de 4% (quatro por cento) a cada ocorrência negativa registrada pelo Gestor do Contrato, limitada a 05 ocorrências,

14.3.1. Após o prazo do item anterior será considerada inexecução total do ajuste e aplicar-se-á multa de 20% (vinte e por cento) sobre o valor do contrato.

14.4. Estará sujeito à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com o Município de Embu-Guaçu pelo prazo de até 05 (cinco) anos, observados os procedimentos previstos na legislação vigente.

14.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis, conforme dispõe o § 2º, do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93.

14.6. O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo.

14.7. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, assegurando o direito do contraditório.

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. A rescisão contratual ocorrerá na forma e condições estabelecidas no Capítulo III, seção V, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

15.2. As partes contratantes, ante as disposições contidas no artigo 55, da Lei Federal nº. 8.666/93 e atualizações estipulam que ficam reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão, de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras e serviços e outros necessários a evitar a descontinuidade da atividade administrativa.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Todos os prazos aqui previstos serão sempre contados excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia do vencimento. Se qualquer dos prazos aqui previstos recair em dia em que não haja expediente nesta Prefeitura, o mesmo prorrogar-se-á para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento.

16.2. O valor estimado total da presente licitação:

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ R\$ 7.711.232,00 (sete milhões, setecentos e onze mil, duzentos e trinta e dois reais).

16.3. Nas sessões em que for necessária a presença das licitantes só poderá assentar-se à mesa e usar da palavra um único representante devidamente credenciado.

16.4. Quaisquer dúvidas na interpretação do presente instrumento convocatórias poderão ser dirigidas à Comissão de Licitações, desde que protocolados Secretaria de Suprimentos - Rua Maria das Dores Delfim, nº. 148 – Centro – Embu Guaçu – SP, das 09:00 às 15:00 horas até o 2º dia útil anterior à data de abertura.

Embu-Guaçu, 17 de maio de 2023.

JOSE ANTONIO PEREIRA
Prefeito

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
TIPO: MENOR PREÇO / GLOBAL

OBJETO: A presente licitação visa o “Registro de preços” para eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS O OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	CAMINHÃO BASCULANTE TOCO, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 160 HP OU SUPERIOR, CAÇAMBA MÍNIMA 4,5 M³. COM MOTORISTA, E COMBUSTÍVEL-MBB 1719 OU SIMILAR.	HORA	2.400
2	CAMINHÃO BASCULANTE TRUCK 6x4, COM LONA - POTÊNCIA MÍNIMA 280 HP OU SUPERIOR, CAÇAMBA MÍNIMA 12 M³. COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL - MBB 2729 OU SIMILAR.	HORA	2.400
3	CAMINHÃO CARROCERIA - TOCO - 4 X 2 - 1 POTÊNCIA MÍNIMA DE 110 HP, CAPAC. DE CARGA 5 m3 COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL - MBB 1719 OU SIMILAR.	HORA	2.400
4	CAMINHÃO PIPA - CAPAC. TANQUE MÍNIMO DE 6.000 l, COM BARRA IRRIGADEIRA DIANTEIRA/TRASEIRA, ASPERSOR NA TRASEIRA DO TANQUE (BICO DE PATO) - MBB 1719 OU SIMILAR.	HORA	2.400
5	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO-DYNAPAC CA- 15PD – 6,9 T – PÉ DE CARNEIRO	HORA	2.400
6	ROLO COMPACTADOR CILINDRO E PNEUS LISOS, ESTÁTICO, AUTOPROPELIDO PARA ASFALTO, POTÊNCIA MÍNIMA 95CV E PESO OPERACIONAL 7 TON. COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL - DYNAPAC CA 150A OU SIMILAR.	HORA	2.400
7	MOTONIVELADORA SOBRE PNEUS, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 125 HP COM RIPPER TRASEIRO, COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL - NEW HOLLAND 140 RG OU SIMILAR	HORA	2.400
8	MÁQUINA PC – ESCAVADEIRA HIDRÁULICA – POTÊNCIA MÍNIMA DE 136 HP PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 20 T, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA	HORA	2.400

	DE 0,90 M ³ , COM OPERADOR E COMBUSTIVEL – KOMATSU PC 200 OU SIMILAR.		
9	RETROESCAVADEIRA, SOBRE PNEUS, TRAÇÃO 4X4, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 75 HP, COM CAÇAMBA FRONTAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,80 M ³ E RETRO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 0,25 M ³ . DEVERÁ POSSUIR ADAPTAÇÃO HIDRÁULICA PARA UTILIZAÇÃO DE ROMPEDOR HIDRAULICO TIPO PICÃO COM CAPACIDADE DE 600 A 800 QUILOS COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL - JCB 3C OU SIMILAR	HORA	2.400
10	PÁ CARREGADEIRA SOBRE PNEUS ARTICULADA, POTÊNCIA MÍNIMA: 128 HP, CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA: 1,7 M3 A 1,9 M3, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL – DOOSAN-DL200 OU SIMILAR CATERPILLAR 924 OU SIMILAR	HORA	2.400

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ R\$ 7.711.232,00 (sete milhões, setecentos e onze mil, duzentos e trinta e dois reais).

1. DAS EXIGÊNCIAS FUNDAMENTAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. As locações de equipamentos serão contratadas sob regime de preços unitários e horas, conforme Ata de Registros de preços, que constarão da planilha orçamentária da proposta pela empresa vencedora da licitação, nestes preços deverão estar compreendidos as taxas, bonificações, despesas diretas ou indiretas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive despesas com medição, locação, placas de sinalização ou quaisquer despesas necessárias para a realização das obras, conforme normas vigentes.

1.2. Qualquer alteração na diretriz estabelecida no presente termo, bem como quaisquer outras que se fizerem necessárias no decorrer da execução da locação de equipamentos, e ainda, qualquer modificação futura, só poderá ser realizada mediante prévia aprovação da Diretoria da Infraestrutura, Obras e Planejamento, por escrito.

1.3. Todos os itens deverão ser executados de acordo com as especificações do Termo de Referência, obedecendo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e Resoluções do CONAMA, nos itens que lhes dizem respeito.

1.4. A DETENTORA deverá prestar durante a locação de equipamentos, toda assistência técnica-administrativa, mantendo no local de suas instalações, um preposto para responder pela empresa, bem como todos os equipamentos e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvidas com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos;

1.5. Os serviços a serem prestados deverá obedecer rigorosamente às normas técnicas e de segurança e medicina do trabalho vigente, para trabalhos desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados.

1.6. A locação de equipamentos será acompanhada por servidor (es) designados pela Diretoria de Obras e Planejamento.

1.7. Os equipamentos com data de fabricação superiores a 05 (cinco) anos, deverão apresentar condições satisfatórias de uso, podendo ser aceitos mediante apresentação e vistoria por técnico a ser indicado pela Diretoria de Infraestrutura, Obras e Planejamento.

1.8. A empresa DETENTORA, deverá efetuar a manutenção preventiva e corretiva das máquinas/equipamentos locados com revisão a cada período de 06 (seis) meses. Caso seja necessário remover da sede da CONTRATANTE o equipamento para reforma, o mesmo deverá ser substituído por outro com idênticas características, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.9. A futura DETENTORA deverá, se for o caso, emitir mensalmente o “Relatório de Serviços Prestados”, especificando dia, máquinas, operador e a quantidade de horas trabalhadas. Esses relatórios deverão ser preenchidos pelo operador/motorista através da aferição diária do Horímetro analógico, devendo o mesmo estar assinado pelo operador/motorista e pelo agente fiscalizador da CONTRATANTE.

1.10. A futura DETENTORA deverá manter, sempre, um funcionário próprio de plantão para atender serviços emergenciais e não poderá, em hipótese alguma, se utilizar de servidores da CONTRATANTE para execução de quaisquer trabalhos referentes ao objeto contratado.

1.11. Quando da efetivação da Ata de Registros, os equipamentos deverão estar identificados e adesivados com a inscrição “A SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU”.

1.12. Os veículos não poderão ter vida superior a 10 (dez) anos contados da data de fabricação.

(papel timbrado da licitante)
ANEXO – II
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
TIPO: MENOR PREÇO / GLOBAL

OBJETO: A presente licitação visa o “Registro de preços” para eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº
....., estabelecida na.....
nº....., telefone/fax nº....., e-mail....., propõe fornecer o
objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QTD. EM HORAS	VALOR DA HORA	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO BASCULANTE TOCO, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 160 HP OU SUPERIOR, CAÇAMBA MÍNIMA 4,5 M³. COM MOTORISTA, E COMBUSTÍVEL- MBB 1719 OU SIMILAR.	2.400	R\$	R\$
2	CAMINHÃO BASCULANTE TRUCK 6x4, COM LONA - POTÊNCIA MÍNIMA 280 HP OU SUPERIOR, CAÇAMBA MÍNIMA 12 M³. COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL - MBB 2729 OU SIMILAR.	2.400	R\$	R\$
3	CAMINHÃO CARROCERIA - TOCO - 4 X 2 - 1POTÊNCIA MINIMA DE 110 HP, CAPAC. DE CARGA 5 m3 COM MOTORISTA E COMBUSTIVEL - MBB 1719 OU SIMILAR.	2.400	R\$	R\$
4	CAMINHÃO PIPA - CAPAC. TANQUE MINIMO DE 6.000 I, COM BARRA IRRIGADEIRA DIANTEIRA/TRASEIRA, ASPERSOR NA TRASEIRA DO TANQUE BICO DE PATO) - MBB 1719 OU SIMILAR.	2.400	R\$	R\$
5	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO- DYNAPAC CA- 15PD – 6,9 T – PÉ DE CARNEIRO	2.400	R\$	R\$
6	ROLO COMPACTADOR CILINDRO E PNEUS LISOS, ESTÁTICO, AUTOPROPELIDO PARA ASFALTO, POTÊNCIA MÍNIMA 95CV E PESO OPERACIONAL 7 TON. COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL - DYNAPAC CA 150A OU SIMILAR.	2.400	R\$	R\$
7	MOTONIVELADORA SOBRE PNEUS, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 125 HP COM RIPPER TRASEIRO, COM OPERADOR E COMBUSTIVEL - NEW HOLLAND 140 RG OU SIMILAR	2.400	R\$	R\$
8	MÁQUINA PC – ESCAVADEIRA HIDRÁULICA – POTÊNCIA MINIMA DE 136 HP PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20 T, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MINIMA	2.400	R\$	R\$

	DE 0,90 M³ , COM OPERADOR E COMBUSTIVEL – KOMATSU PC 200 OU SIMILAR.			
9	RETROESCAVADEIRA, SOBRE PNEUS, TRAÇÃO 4X4, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 75 HP, COM CAÇAMBA FRONTAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,80 M³ E RETRO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 0,25 M³. DEVERÁ POSSUIR ADAPTAÇÃO HIDRÁULICA PARA UTILIZAÇÃO DE ROMPEDOR HIDRAULICO TIPO PICÃO COM CAPACIDADE DE 600 A 800 QUILOS COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL - JCB 3C OU SIMILAR	2.400	R\$	R\$
10	PÁ CARREGADEIRA SOBRE PNEUS ARTICULADA, POTÊNCIA MÍNIMA: 128 HP, CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA: 1,7 M3 A 1,9 M3, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL – DOOSAN-DL200 OU SIMILAR CATERPILLAR 924 OU SIMILAR	2.400	R\$	R\$

I – O prazo de validade de nossa proposta é de ___ (_____) dias corridos, a contar da data da abertura dos envelopes nº. 01 (proposta).

II – Prazo de Pagamento: Conforme Edital.

III – Declaramos que o valor de cada item e o total da proposta é irrevogável, e nele estão incluídos:

- a) os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais;
- b) as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e,
- c) todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.

IV – Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do Edital da Concorrência nº ____/20__ e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:	
CPF:	RG:
ENDEREÇO COMERCIAL:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	
FONE:	
E-MAIL:	

DADOS BANCÁRIOS

BANCO	NÚMERO DO BANCO:
AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:

Local, XX de XX de 2023.

Ass. Responsável / Repres. Legal
Cargo:
CPF:
Carimbo da Empresa

NOTA: O proponente deverá rubricar a 1ª via desta planilha/proposta.

(papel timbrado da licitante)
**ANEXO – III
MODELO DE DECLARAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
TIPO: MENOR PREÇO / GLOBAL**

OBJETO: A presente licitação visa o “Registro de preços” para eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023, instaurada pelo Município de Embu Guaçu, que a empresa:

- 1 - Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;
- 2 - Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- 3 - Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 4 - Não incorre nas demais condições impeditivas da lei 8666/93.
- 5 - Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

Embu Guaçu, ... de de 20__.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

(papel timbrado da licitante)

ANEXO - IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
TIPO: MENOR PREÇO / GLOBAL

OBJETO: A presente licitação visa o “Registro de preços” para eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto e os termos constantes no Edital CONCORRÊNCIA nº 0001/2023 – Processo nº E – 2.556/2023 e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação.

Embu Guaçu, ... de de 20__.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

(papel timbrado da licitante)

ANEXO – V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Ao (a) Presidente do Município Embu Guaçu,

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade **CONCORRÊNCIA nº 0001/2023 – Processo nº E – 2.556 /2023**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Embu Guaçu, que:

- **Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Presidente, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;**
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do **CONCORRÊNCIA nº 0001/2023 – Processo nº E – 2.556/2023**, realizado pela Prefeitura de Embu Guaçu – SP.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Embu Guaçu, ... de de 20__.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

(papel timbrado da empresa)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR

CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
TIPO: MENOR PREÇO / GLOBAL

OBJETO: A presente licitação visa o “Registro de preços” para eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

(nome empresarial da licitante) _____, inscrita no CNPJ nº: _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para fins do presente processo licitatório, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, que impossibilite a participação no referido CONCORRÊNCIA nº 0001/2023. Sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

Embu Guaçu, ... de de 20__.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

(papel timbrado da empresa)

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
TIPO: MENOR PREÇO / GLOBAL**

OBJETO: A presente licitação visa o “Registro de preços” para eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

Pelo presente instrumento, a empresa _____ (nome) _____
_____, CNPJ nº. _____, com sede na
_____(rua, avenida)_____, nº. _____, neste ato representada
por seu representante legal/procurador, que ao final subscreve, DECLARA, sob as penas do
artigo 299 do Código Penal, de que se enquadra na situação de _____
(microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da Lei Complementar nº. 123/06.
Declara ainda que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento
desta situação.

Local/data _____.

(Assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

Nome:

RG:

Cargo:

(Assinatura e identificação do Contador da licitante)

Nome:

RG:

CRC:

(papel timbrado da licitante)

ANEXO – VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO EM RELAÇÃO À PMEG.

CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023
TIPO: MENOR PREÇO / GLOBAL

OBJETO: A presente licitação visa o “Registro de preços” para eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

A empresa _____,
CNPJ / MF nº _____, com sede na
_____, por seu representante legal, **DECLARA**, para
fins de direito e sob as penas da lei, que **não é cadastrada e não está em débito** com
a Fazenda do Município de Embu-Guaçu.

Local/data _____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome:
RG:
CPF:
Cargo:

OBS: Apresentar esta declaração acompanhada da prova de regularidade fiscal com a fazenda municipal do município da sede.

**ANEXO – IX MINUTA DE CONTRATO
CONTRATO Nº XXX/XXXX
CONCORRÊNCIA Nº. 0001/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. E – 2.556/2023

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU**, CNPJ nº 46.523.148/0001-01, situada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito nº. 458, Centro, Embu Guaçu, São Paulo, CEP:06900-095, telefone: (11) 4662-7411, e-mail: licitacao@eg.sp.gov.br, representada por seu Prefeito **Sr. José Antônio Pereira**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG Nº16.795.734-x, CPF Nº089.604.068-21 e de outro, a empresa **XXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXX com sede na XXXX, nºXXXX, bairro xxxx, cidade xxxx, estado, CEP: xxxxxxx, telefone xxxxx, e-mail: xxxxx, vencedora e adjudicatária da **CONCORRÊNCIA** supra referido, por seu representante legal, **xxxxx**, representante legal RG nºxxxxxx, CPF nºxxxxxx, endereço residencial: xxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **DETENTORA**, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula primeira, em conformidade com o ajustado a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de preços visa a eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Atribui-se à presente Ata o valor total estimado de R\$ XXXX (XXXX), de acordo com o quantitativo e valores unitários abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UN.	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO BASCULANTE TOCO, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 160 HP OU SUPERIOR, CAÇAMBA MÍNIMA 4,5 M³. COM MOTORISTA, E COMBUSTÍVEL- MBB 1719 OU SIMILAR.	HORA	2.400		
2	CAMINHÃO BASCULANTE TRUCK 6x4, COM LONA - POTÊNCIA MÍNIMA 280 HP OU SUPERIOR, CAÇAMBA MÍNIMA 12 M³. COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL - MBB 2729 OU SIMILAR.	HORA	2.400		
3	CAMINHÃO CARROCERIA - TOCO - 4 X 2 - 1POTÊNCIA MINIMA DE 110 HP, CAPAC. DE CARGA 5 m3 COM MOTORISTA E COMBUSTIVEL - MBB 1719 OU SIMILAR.	HORA	2.400		
4	CAMINHÃO PIPA - CAPAC. TANQUE MINIMO DE 6.000 l, COM BARRA IRRIGADEIRA DIANTEIRA/TRASEIRA, ASPERSOR NA TRASEIRA DO TANQUE BICO DE PATO) - MBB 1719 OU SIMILAR.	HORA	2.400		
5	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO-DYNAPAC CA- 15PD – 6,9 T – PÉ DE CARNEIRO	HORA	2.400		

6	ROLO COMPACTADOR LISO - CILINDRO E PNEUS LISOS, ESTÁTICO, AUTOPROPELIDO PARA ASFALTO, POTÊNCIA MÍNIMA 95CV E PESO OPERACIONAL 7 TON. COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL - DYNAPAC CA 150A OU SIMILAR.	HORA	2.400		
7	MOTONIVELADORA SOBRE PNEUS, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 125 HP COM RIPPER TRASEIRO, COM OPERADOR E COMBUSTIVEL - NEW HOLLAND 140 RG OU SIMILAR	HORA	2.400		
8	MÁQUINA PC – ESCAVADEIRA HIDRÁULICA – POTÊNCIA MINIMA DE 136 HP PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20 T, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MINIMA DE 0,90 M³, COM OPERADOR E COMBUSTIVEL – KOMATSU PC 200 OU SIMILAR.	HORA	2.400		
9	RETROESCAVADEIRA, SOBRE PNEUS, TRAÇÃO 4X4, MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 75 HP, COM CAÇAMBA FRONTAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,80 M³ E RETRO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 0,25 M³. DEVERÁ POSSUIR ADAPTAÇÃO HIDRÁULICA PARA UTILIZAÇÃO DE ROMPEDOR HIDRAULICO TIPO PICÃO COM CAPACIDADE DE 600 A 800 QUILOS COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL - JCB 3C OU SIMILAR	HORA	2.400		
10	PÁ CARREGADEIRA SOBRE PNEUS ARTICULADA, POTÊNCIA MÍNIMA: 128 HP, CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA: 1,7 M3 A 1,9 M3, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL – DOOSAN-DL200 OU SIMILAR CATERPILLAR 924 OU SIMILAR	HORA	2.400		
VALOR TOTAL GLOBAL R\$ XXXXXXXXXX					

2.2 Nos preços referidos na cláusula antecedente já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, como transportes, encargos fiscais, sociais, trabalhistas e quaisquer outros.

2.3 Correrão exclusivamente por conta da DETENTORA quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

2.4 A DETENTORA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na presente Ata de Registro de Preços, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

2.6 O pagamento do preço devido para a entrega da prestação dos serviços será efetuado diretamente à DETENTORA mediante a apresentação dos documentos pertinentes ao setor do almoxarifado da CONTRATANTE, no prazo de até 28 dias, após o recebimento definitivo do item entregues, com a respectiva nota fiscal/fatura que será acompanhada de laudo de recebimento emitido pelo responsável do setor do almoxarifado designado pela CONTRATANTE.

CLAUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. As locações de equipamentos serão contratadas sob regime de preços unitários e horas, conforme Ata de Registros de preços, que constarão da planilha orçamentária da proposta pela empresa vencedora da licitação, nestes preços deverão estar compreendidos as taxas, bonificações, despesas diretas ou indiretas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive despesas com medição, locação, placas de sinalização ou quaisquer despesas necessárias para a realização das obras, conforme normas vigentes.

3.2. Qualquer alteração na diretriz estabelecida no presente termo, bem como quaisquer

outras que se fizerem necessárias no decorrer da execução da locação de equipamentos, e ainda, qualquer modificação futura, só poderá ser realizada mediante prévia aprovação da Diretoria da Infraestrutura, Obras e Planejamento, por escrito.

3.3. Todos os itens deverão ser executados de acordo com as especificações do Termo de Referência, obedecendo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e Resoluções do CONAMA, nos itens que lhes dizem respeito.

3.4. A DETENTORA deverá prestar durante a locação de equipamentos, toda assistência técnica-administrativa, mantendo no local de suas instalações, um preposto para responder pela empresa, bem como todos os equipamentos e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvidas com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos;

3.5. Os serviços a serem prestados deverá obedecer rigorosamente às normas técnicas e de segurança e medicina do trabalho vigente, para trabalhos desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados.

3.6. A locação de equipamentos será acompanhada por servidor (es) designados pela Diretoria de Obras e Planejamento.

3.7. Os equipamentos com data de fabricação superiores a 05 (cinco) anos, deverão apresentar condições satisfatórias de uso, podendo ser aceitos mediante apresentação e vistoria por técnico a ser indicado pela Diretoria de Infraestrutura, Obras e Planejamento.

3.8. A empresa DETENTORA, deverá efetuar a manutenção preventiva e corretiva das máquinas/equipamentos locados com revisão a cada período de 06 (seis) meses. Caso seja necessário remover da sede da CONTRATANTE o equipamento para reforma, o mesmo deverá ser substituído por outro com idênticas características, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.9. A futura DETENTORA deverá, se for o caso, emitir mensalmente o “Relatório de Serviços Prestados”, especificando dia, máquinas, operador e a quantidade de horas trabalhadas. Esses relatórios deverão ser preenchidos pelo operador/motorista através da aferição diária do Horímetro analógico, devendo o mesmo estar assinado pelo operador/motorista e pelo agente fiscalizador da CONTRATANTE.

3.10. A futura DETENTORA deverá manter, sempre, um funcionário próprio de plantão para atender serviços emergenciais e não poderá, em hipótese alguma, se utilizar de servidores da CONTRATANTE para execução de quaisquer trabalhos referentes ao objeto contratado.

3.11. Quando da efetivação da Ata de Registros, os equipamentos deverão estar identificados e adesivados com a inscrição “A SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU”.

CLAUSULA QUARTA - DA OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO

4.1 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços e dos preços registrados, na Ata de Registro de Preços, a DETENTORA estará obrigada a atender à CONTRATANTE, sempre que a contratante lhe exigir, na quantidade pretendida e dentro das especificações referidas na Ordem de Fornecimento, objeto do presente, conforme Anexo I do edital.

4.2 A CONTRATANTE não estará obrigada a fixar com a DETENTORA uma quantidade mínima do objeto da presente Ata de Registro de Preços, ficando a seu exclusivo critério a definição da

quantidade, do momento e da forma de entrega do item, desde que respeitado o disposto nas cláusulas antecedentes.

4.3 Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da requisição.

4.4 Os prazos de que tratam o item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, sendo vedada a possibilidade da sua prorrogação conforme Art. 15, § 3º inciso III, da lei 8666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços será fiscalizada pela CONTRATANTE, através do XXXX, CPF nº XXXX, CARGO, como gestor(a) desta ata à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração, conforme artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

CLAÚSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA

7.1 Executar os serviços de acordo com os prazos estipulados

7.2 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço contratado.

7.3 Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados, devidamente habilitados e credenciados, obedecendo todas as especificações ditadas pelo Memorial Descritivo do projeto, Normas Técnicas Brasileiras e instruções dos fabricantes dos equipamentos utilizados.

7.4 Fornecer todos os equipamentos, ferramentas e transporte e/ou qualquer outra despesa necessária à execução dos serviços a serem prestados.

7.5 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

7.6 Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás e utilizando os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual).

7.7 Comunicar por escrito à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega dos produtos, com o (s) possível (eis) motivo (s) que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto e com a devida comprovação.

7.8 Garantir que o material seja original e de procedência legal.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1 Exercer a fiscalização da execução do objeto do presente contrato através de um representante da Administração.

8.2 O Contratante fiscalizará e inspecionará os serviços e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado.

8.3 Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Detentora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

8.4 Notificar imediatamente a contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

CLAUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, ou aceitar Ordem de Fornecimento, dentro do período estipulado, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida.

9.2 Pelo atraso injustificado na realização da devida entrega, segundo o definido na Ordem de Fornecimento, expedido pela CONTRATANTE, sujeitará a DETENTORA às penalidades previstas no Caput do Artigo 86 da Lei Federal de Licitações e Contratos, na seguinte conformidade:

a) Multa diária de 0,5% até o 5º (quinto) dia e de 1,0% a partir do 6º (sexto) dia, do valor do item, em atraso, da Ordem de Fornecimento, por atraso injustificado na realização da entrega.

9.3 A multa a que alude a cláusula anterior não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no Edital e na Lei.

9.4 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE poderá desta Ata de Registro de Preços, aplicar as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) multa correspondente a até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela do objeto ainda não cumprida, sendo que tal percentual será fixado pela Municipalidade sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida;

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor dos materiais não entregues e que lhe tenham sido requisitados.

d) Suspensão do direito de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu, por período a ser definido na oportunidade de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitando o limite legal de 24 (vinte e quatro) meses.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, pelo mesmo prazo, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a penalizou.

9.5 Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa ou impedimento de contratar com o Estado e Municípios e de 10 (dez) dias na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

9.6 As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações, que poderão ser cumulativas, serão regidas pelo artigo 87, conforme aplicável, da Lei Federal n. 8.666/93 com suas posteriores alterações.

9.7 As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e conseqüentemente o pagamento delas não exige a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu;

9.8 Não sendo pagas as multas no prazo previsto na cláusula anterior, haverá a incidência de juros de mora, nos termos estabelecidos no artigo 406 da Lei n. 10.406/02 - Código Civil.

a. As multas, a critério da Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu, poderão ser cobradas cumulativamente, em uma ou mais das seguintes formas:

a.1. recolhidas aos cofres da Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento oficial que será encaminhada à empresa;

a.2. descontadas do pagamento devido à empresa;

a.3. cobradas judicialmente.

CLAUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A rescisão administrativa da presente Ata de Registro de Preços por ato unilateral da CONTRATANTE obedecerá ao disposto no artigo 78, seus incisos e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.666/93, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

11.1 As partes contratantes elegem o Foro Distrital de Embu Guaçu, Estado de São Paulo, para dirimirem quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.2 Para firmeza e como prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes.

Embu Guaçu, XX de XXXX de XXXX

Prefeito Municipal de Embu Guaçu

José Antônio Pereira

Contratante

(REPRESENTANTE DA EMPRESA)

(NOME DA EMPRESA)

Detentora

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU

DETENTORA: XXXXXXXXXXXXXXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX

OBJETO: A presente Ata de Registro de preços visa a eventual locação de caminhões e máquinas pesadas, incluindo motoristas, combustível e manutenção sendo responsabilidade do contratado, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obedecidas às especificações técnicas do Anexo - I do Edital. Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Embu Guaçu, XX de XXXX de XXXX

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Antônio Pereira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 089.604.068-21

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME DE LICITAÇÃO:

Nome: José Antônio Pereira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 089.604.068-21

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: José Antônio Pereira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 089.604.068-21

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

Pelo Gestor:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: José Antônio Pereira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 089.604.068-21

Assinatura: _____

Embu Guaçu, 15 de maio de 2023

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU

CNPJ N.º: 46.523.148/0001-01

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO N.º XXXX

DATA DA ASSINATURA: XX/XX/XXXX

VIGÊNCIA: XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX

VALOR: R\$ XXXX

Declaramos, na qualidade de responsáveis pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) As plantas e projetos de engenharia e arquitetura, Responsável:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

Embu Guaçu, XX de XX de 2023